

A caminho da paz interna

Um aperto de mão entre o presidente José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, chefe da Unita, organização direita apoiada pela África do Sul e pelos Estados Unidos, assinalou, no último dia 22 de junho, o início de um processo que, segundo se espera, colocará fim a um conflito de catorze anos entre o governo angolano e os rebeldes. O cenário foi a desconhecida localidade zairese de Gbadolite, onde, perante 22 chefes de Estado africanos, um Savimbi visivelmente pouco à vontade declarou solenemente aceitar o plano de paz das autoridades angolanas, que prevê, inclusive, “o afastamento voluntário e temporário” do chefe da Unita da cena política. Os chefes de Estado foram convidados a comparecer a Gbadolite pelo presidente Mobutu, do Zaire, que atuou como mediador.

Outros pontos fulcrais do plano de paz do governo angolano são a garantia da integridade territorial do país, cabendo ao exército nacional (as Fapla) cuidar da segurança das fronteiras; o fim das ingerências externas; a manutenção do sistema de partido único (à semelhança da esmagadora maioria dos Estados africanos); e a integração individual dos membros da Unita na sociedade angolana, podendo ocupar cargos de responsabilidade nas instituições civis e militares existentes no país. Depois de Jonas Savimbi ter

aceitado formalmente estes princípios, o que equivale ao reconhecimento do poder constituído em Angola, o presidente Eduardo dos Santos levantou-se e, diante dos seus colegas do continente, apertou a mão do velho rival. Finda a reunião, aceitou também participar de um jantar e posar para uma fotografia de grupo, com a presença de Savimbi.

A fim de criar as condições e mecanismos indispensáveis à aplicação dos entendimentos alcançados, o encontro de Gbadolite acordou no estabelecimento de um cessar-fogo, que deveria vigorar em Angola a partir da zero hora do dia 24 de junho, bem como na constituição de uma comissão tripartite formada por representantes do governo, da Unita e do Zaire, para estudar a integração dos rebeldes na sociedade angolana.

Entendimentos — Eis alguns dos pontos-chave da declaração emitida pelos 22 chefes de Estado africanos, ao término da reunião de Gbadolite:

- Vontade de todos os filhos e filhas de Angola de pôr fim à guerra civil e de proclamar ao mundo a reconciliação nacional;
- cessação de todas as hostilidades e proclamação do cessar-fogo;
- constituição de uma comissão encarregada de estabelecer as modalidades de

aplicação do plano de paz, com a mediação do presidente Mobutu;

• próximo encontro dos chefes de Estado no Zimbábue, “para avaliar os resultados desta reunião”.

Alguns dias depois, já em Luanda, o presidente José Eduardo dos Santos acrescentaria que, durante o encontro de Gbadolite, também foi decidido manter secreta a resolução tomada em relação ao “caso especial” de Jonas Savimbi. Informações não confirmadas garantem que tal decisão foi tomada a pedido pessoal do próprio Savimbi. Depois de ter concordado em exilar-se temporariamente, o chefe da Unita teria solicitado, de acordo com tais informações, que essa decisão não fosse revelada à imprensa e que, além disso, a escolha do país fosse deixada a seu critério pessoal.

A manutenção do sistema de partido único e o afastamento temporário de Jonas Savimbi tornam o governo angolano o principal ganhador dos entendimentos de Gbadolite. Em troca, serão possivelmente oferecidos postos importantes no exército e no governo a alguns dos atuais integrantes da Unita. Convém notar que, de acordo com a constituição angolana — que não foi mexida —, o governo é um instrumento da política traçada pelo MPLA — Partido do Trabalho, definido como “a força dirigente da nação”.

EDITORIAL

O primeiro passo

Os entendimentos alcançados entre o governo angolano e os rebeldes apoiados pela África do Sul e pelos Estados Unidos, na presença legitimadora de quase metade dos chefes de Estado africanos, representam um passo gigantesco em direção à completa pacificação de Angola, o que terá, sem dúvida, decisivas repercussões em toda a região.

Na verdade — além de consolidarem as perspectivas de paz abertas pelos acordos tripartites assinados em dezembro de 1988 entre Angola, Cuba e África do Sul, que permitiram o deslanchar do processo de independência da Namíbia

— os acontecimentos de Gbadolite estão condenados também a exercer uma poderosa influência sobre a situação interna na própria África do Sul, conduzindo, a médio ou longo prazo, ao tão esperado desmantelamento do anacrônico sistema de *apartheid*.

Nunca é demais sublinhar que o fim do regime de segregação racial na África do Sul é condição fundamental para o estabelecimento de um clima de paz e cooperação em toda a África Austral, a região de maior potencial no continente africano e uma das zonas geo-estratégicas mais importantes do planeta. Mas, para isso, é imprescindível que as autoridades de Pretória se mirem no exem-

plu angolano e caminhem para um arranjo político interno capaz de satisfazer todas as partes envolvidas.

Em Gbadolite deu-se o primeiro passo não só para a total cessação da guerra em Angola, mas também em todo o subcontinente africano. Comprovam-no as movimentações político-diplomáticas que começaram imediatamente a ter lugar, depois desse evento, em Moçambique e na África do Sul (conversações de paz em Moçambique, encontro Mandela-Botha etc.). Há motivos palpáveis, portanto, para ter esperanças, embora ainda reste um caminho longo e complexo.

Antecedentes da reunião no Zaire

Depois de ter assinado, em dezembro de 1988, os acordos de paz com a África do Sul e Cuba, que criaram as condições de base para o fim da guerra com o exército de Pretória, no sul do país, Angola manifestou diversas vezes a sua disposição para solucionar igualmente o conflito interno com os homens chefiados por Savimbi. Desde o início deste ano, uma série de movimentações trabalhavam nesse sentido.

A partir de março, os fatos ganharam um impulso decisivo. A seguir, uma breve cronologia dos antecedentes mais próximos da reunião de Gbadolite:

- Em março, o presidente José Eduardo dos Santos, falando na Assembleia do Povo (Parlamento), apresenta um conjunto de princípios para a pacificação interna do país, dos quais sobressaem a integração dos elementos da Unita, o tratamento especial do caso de Jonas Savimbi, a necessidade de respeitar a legislação e as estruturas existentes no país e a cessação de todas as ingerências externas;

- dias depois, a Unita divulga um plano de paz, propondo o exílio de Savimbi por dois anos, findos os quais seriam realizadas elei-

ções no país; a constituição de um governo de transição; e a declaração do Caminho de Ferro de Benguela como zona de paz;

- o governo se agarra nos dois únicos pontos da proposta da Unita que considera "positivos" — o exílio de Savimbi e a utilização da ferrovia de Benguela somente para fins pacíficos — e reelabora o seu próprio plano de paz, o qual, contrariamente ao da Unita, mantém o regime de partido único e oferece a possibilidade de os homens de Savimbi serem integrados apenas individualmente nas estruturas angolanas;

- o plano de paz do governo é apresentado, no mês de maio, aos oito presidentes da África Central e Austral, reunidos em Luanda, que o aceitam e se comprometem a assegurar o apoio internacional necessário à sua aplicação (assim, o presidente Omar Bongo, do Gabão, foi encarregado de contactar a França, enquanto a Grã-Bretanha e os Estados Unidos seriam contactados, respectivamente, pelos presidentes Kenneth Kaunda, da Zâmbia, e Mobutu Sese Seko, do Zaire);

- nessa reunião (16 de maio), ficou ainda acordado que os oito chefes de Estado se voltariam a reunir em agosto, na localidade

zairense de Gbadolite;

- por sua livre iniciativa, o presidente zairense contacta também a África do Sul e a Unita, após o que manda um emissário a Luanda assegurar ao presidente José Eduardo dos Santos que os homens de Savimbi estavam de acordo com o plano de paz do governo angolano;

- em função disso, Mobutu propõe que a reunião prevista para agosto seja antecipada para o dia 22 de junho e que, além disso, seja alargada a um maior número de presidentes africanos, o que merece a concordância de José Eduardo dos Santos.

Três fatores parece terem-se conjugado para esta precipitação dos acontecimentos: 1. a incapacidade da Unita poder resistir a uma ofensiva generalizada das Fapla, prevista, segundo algumas fontes, para meados de julho (sabe-se que as maiores pressões para que Savimbi fosse a Gbadolite partiram dos seus próprios chefes militares); 2. a disposição do presidente Eduardo dos Santos, reiterada em diversas ocasiões, de evitar mais derramamento de sangue; e 3. a intenção do presidente Mobutu, de "ganhar pontos" internacionalmente.

Confusão na Unita

Os entendimentos de Gbadolite criaram um mal disfarçado clima de desorientação e confusão no interior da Unita e os seus responsáveis passaram a proferir declarações desencontradas sobre os compromissos assumidos. O ponto mais controverso é o exílio de Jonas Savimbi. Por exemplo, depois de o ter anunciado, o representante da organização rebelde em Lisboa, Adriano Sakala, negou atabalhoadamente tal exílio, afirmando: "Savimbi não é presidente dele próprio para tomar esta decisão."

O próprio chefe da Unita, ao regressar ao quartel-general da organização, na Jamba (fronteira com a Namíbia), desencadeou uma intensa campanha de confusionismo

informativo, dando a entender que não havia, afinal de contas, assumido os compromissos noticiados internacionalmente, num esforço patético para justificar perante os seus simpatizantes a dimensão das concessões feitas em Gbadolite. No auge dessa campanha desinformadora, a Unita chegou ao ponto de atacar a Voz da América e a BBC, por terem revelado que ele ia para o exílio.

Duas vezes insuspeitas encarregar-se-iam, em momentos diferentes, de deitar por terra todo esse esforço para dar o dito por não dito. Omar Bongo e Mobutu Sese Seko, presidentes do Gabão e do Zaire, já confirmaram à imprensa internacional que, em Gbadolite, ficou efetivamente acordado o

afastamento temporário do chefe da Unita. Aristides Pereira, presidente de Cabo Verde, fez idêntica declaração ao diário português *O Europeu*.

Em Luanda, atribui-se normalmente essa confusão dentro da Unita ao acirramento das divisões internas na organização entre aqueles que querem acabar com a guerra e os que teimam em prolongá-la. Igualmente, pensa-se que esse estado de perplexidade está na origem das violações do cessar-fogo em vigor desde 24 de junho por parte de grupos da Unita. As autoridades têm lidado com estes fenômenos com muita ponderação, pois acreditam que o processo de paz em Angola é irreversível. Esse é também o sentimento dominante entre a população.

ANGOP

AGÊNCIA ANGOLA
PRESS

Diretor Geral:
Julio Guerra

Diretor de Informação:

Avelino Miguel

Diretor Técnico:

Jose Abreu de Oliveira

Sede Central

Rua Rei Katyavala, n.º 120

Telefone: 334-593

Telex: 4160 ANGOP

AN — Luanda

República Popular de

Angola

Sucursais

Brasil

Diretor:

Anibal João Melo

Diretor Adjunto:

Felisberto Costa Filho

Endereço:

Rua Álvaro Alvim,

31/501, CEP 20031,

Centro, Rio de Janeiro

Telefone:

(021) 220-9439

Telex: (021) 32462

ANBL BR

Portugal (Lisboa)

Diretor:

Nazareth Van-Dunem

Telefone: 533-704

Telex: 42758 ANGOPP

Grã-Bretanha (Londres)

Diretor:

Joaquim Camati

Telefone: 493-1611

Telex: 295813 ANGOP G

Correspondentes:

António Santana, (Harare),

Conceição Luanda (Berlim),

Filipe Muacasso (Praga), José

Chimuco (Havana), José

Wolo Kossi (Brazzaville),

Vasco Correia (Moscou)

ANGOLANA
ATUALIDADE

Editor: Anibal João Melo

Redação: Carlos Augusto de Oliveira Lima e
Felisberto Costa Filho

Pesquisa: João Belisário

Diagramação: Fabio Dupin

Arte-Final: Fernando de Oliveira

Composição e Impressão:

Editora Lidador Ltda.

Reconciliação e reconstrução

A propósito do acordo de Gbadolite, que determina o cessar-fogo em Angola e marca o início do processo de reconciliação nacional, o Birô Político do MPLA — Partido do Trabalho emitiu uma declaração de apoio aos termos daquele acordo, da qual ressaltamos os seguintes trechos:

Após catorze anos de guerra alimentada pelos inimigos da liberdade e da independência real dos povos, foi possível, finalmente, uma vez afastado o elemento externo causador da desestabilização e da agressão sul-africana, encontrar as vias que nos conduzirão inexoravelmente pelos caminhos da paz, inspirados na secular sabedoria africana.

O dia 24 de junho, data acordada para a cessação das hostilidades em todo o território nacional, é já um marco indiscutível nos anais da história de Angola, pois se traduz no início de uma nova era em que os ódios do passado, a desconfiança e as disputas sangrentas cedem lugar ao diálogo, ao entendimento, ao esforço de unidade para a realização do nobre objetivo da reconstrução do país.

Nesse momento, graças ao espírito de compreensão, realismo e vontade política dos seus intervenientes e à sábia mediação de vários países africanos, foi possível instaurar um cessar-fogo no país e criar-se uma comissão encarregada de estudar a integração dos

elementos da Unita no aparelho do Estado e outras instituições.

A integração, uma vez cessadas as hostilidades militares, realizar-se-á através da participação de todos os elementos que pertencerem à Unita no processo político, económico, cultural e técnico-científico, com vista à consolidação da unidade da nação angolana, no espírito de paz, reconciliação e harmonia.

O processo de integração priorizará os quadros de direção, diferenciando-se os militares dos civis ou dos que sendo militares exercem funções puramente civis. Os procedimentos a adotar para uns e para outros deverão ser idênticos, levando-se em conta as suas aptidões e o escalão hierárquico em que estão inseridos como ponto de referência para o seu enquadramento nas estruturas atuais da administração pública.

A integração no processo económico realizar-se-á através da participação no processo produtivo no setor estatal, misto ou privado da economia. Como, no entanto, a integração desses elementos e das populações refugiadas nos países vizinhos e deslocadas dentro do território nacional coloca ao governo não apenas problemas de ordem técnico-organizativa, mas sobretudo problemas de ordem material e financeira, o Birô Político recomenda ao governo angolano que seja feito um apelo à comunidade internacional no sentido de ajudar o país nesse processo.

Convém salientar que em circunstância alguma foram postos em causa os objetivos fundamentais da Revolução, pelos quais todo o povo angolano se vem batendo, desde os tempos mais remotos, com sacrifícios imensos, que são: a preservação da independência e identidade nacionais e a construção de uma pátria próspera e desenvolvida. O plano interno de paz do governo angolano indica, de maneira clara e realista, as formas de integração dos angolanos outrora pertencentes à Unita e outros grupamentos na base da aceitação do poder legítimo instituído e no reconhecimento do papel dirigente do MPLA — Partido do Trabalho sobre o Estado e a sociedade angolana.

A paz tão ansiada pelo povo angolano, que não a conheceu ao longo dos catorze anos de sua independência, constituirá uma peça fundamental para a dinamização das tarefas de reconstrução nacional.

O Birô Político exorta a comunidade internacional no sentido de unir-se aos esforços de paz em curso, condenando todas as manobras tendentes a pôr em causa os sucessos já alcançados, e reafirma perante a África e o mundo que o governo de Angola saberá honrar os compromissos assumidos e continuará empenhado na resolução plena do conflito do Sudoeste da África, bem como na solução da questão do *apartheid* na África do Sul, com vista ao completo desanuviamento da situação na África Austral.

Luta em nome da África

No último dia 28 de junho, em reunião do Birô Político do MPLA — Partido do Trabalho, o presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, pronunciou um discurso sobre a reconciliação nacional. Dele retiramos os seguintes pontos:

Ao exprimirem a sua solidariedade e total apoio ao plano de paz do governo angolano, no dia 22 de junho passado, os chefes de Estado presentes em Gbadolite reafirmaram o reconhecimento de toda a África ao povo angolano, que depois de ter sofrido cinco séculos de colonização conduziu durante catorze anos uma guerra de libertação nacional vitoriosa, seguida de mais catorze anos de luta contra as ingerências e agressões armadas externas após a proclamação da independência nacional.

Neste último período, o povo angolano enfrentou em nome da África, com determinação e valentia, a poderosa máquina de guerra do regime racista da África do Sul, defendeu e preservou a sua independência e integridade territorial. Graças à sua decisiva contribuição a linha da frente na África Meridional deslocou-se para o território da Namíbia.

Todos acreditam, como nós, que o povo angolano está prestes a realizar o seu grande sonho, isto é, a independência genuína, paz e unidade nacional. Note-se que em 4 de fevereiro de 1961 um punhado de valerosos militantes do MPLA deu início à luta armada que nos conduziu à independência e abriu um novo capítulo na história de Angola. Em 24 de junho de 1989, sob a direção do MPLA — Partido do Trabalho, iniciamos a nossa marcha imparável para a paz, que vai acelerar a conclusão da fase de reconstrução nacional. Fecharemos assim um capítulo marcado por 28 anos de guerra, sofrimentos e destruições.

Por outro lado, a opção pelo plano de paz do governo angolano foi acima de tudo um ato de justiça e simultaneamente de bom senso, grande maturidade e realismo político dos dirigentes africanos, que, aliás, se tornaram mais evidentes nas sugestões de Mobutu Sese Seko, presidente do Zaire, relativos à conciliação de todos os interesses em jogo na concretização dos objetivos e princípios do referido plano de paz.

Angola ocupa uma situação geográfica estratégica importante no continente africa-

no, é um país com grandes potencialidades e está sob permanente observação dos que estudam a evolução das relações económicas e políticas internacionais. Não temos o direito de desiludir todos os que acreditaram em nós. A palavra dada deve ser cumprida, os compromissos assumidos devem ser respeitados.

Demos o primeiro passo. O primeiro passo em qualquer processo é sempre muito importante, sobretudo quando o mesmo é dado com firmeza e na direção certa. Agora teremos que estudar os novos passos a dar para consolidar o cessar-fogo e a confiança relativa alcançada. Ao processo de integração poderão apresentar-se situações difíceis que exigirão perspicácia, tolerância e flexibilidade. Vamos lidar com compatriotas que se habituaram a uma certa forma de pensar e de agir que poderá não coincidir com a nossa.

Aqui o nosso principal traço de união será o patriotismo e o trabalho socialmente útil de todos, dentro da ordem jurídica estabelecida, para acelerarmos a reconstrução, o desenvolvimento do país e o engrandecimento da nação angolana.

ECONOMIA

Financiamento — Um conjunto de bancos internacionais concedeu financiamento de 220 milhões de dólares a Angola, numa operação que tem a intervenção da British Petroleum, através de um pré-financiamento comercial com base em um contrato de venda de petróleo angolano por três anos, período estabelecido para o reembolso da dívida. Essa operação marca o retorno de Angola ao mercado financeiro internacional e abre novas perspectivas ao país. O acesso a esses recursos permitirá a liquidação de algumas dívidas de curto prazo e a importação de equipamentos, acessórios e outros bens essenciais. Na cerimônia de assinatura do contrato de financiamento, o vice-presidente do Union Bank da Suíça, agente da operação, Senior Zubler, demonstrou a sua satisfação com a transação e sublinhou que a operação não só reflete a confiança dos bancos na capacidade da empresa petrolífera angolana, a Sonangol, em cumprir as obrigações que assumiu, como também representa a confiança no futuro de Angola.

Diamantes — O governo angolano e a empresa diamantífera De Beers concordaram em cooperar nos domínios da prospecção, exploração e comercia-

lização de diamantes. Uma declaração de intenções nesse sentido foi assinada recentemente em Luanda pelo diretor-geral da Endiama (Empresa de Diamantes de Angola), Noé Baltazar, e pelo vice-presidente da De Beers, Nicholas Oppenheimer. Segundo o jornal *Africa Analysis*, a De Beers estaria disposta a investir 50 milhões de dólares na mina de Catoca, situada na região do Cuango, na província de Lunda Norte, considerada uma das maiores reservas de diamantes do mundo. Os termos do acordo prevêem que a Endiama deverá iniciar, a partir do próximo ano, a comercialização de uma parte significativa da produção angolana de diamantes através da Central Selling Organization (CSO), subsidiária da De Beers. O documento declara a intenção de ambas as partes de construir em Luanda um prédio destinado à seleção dos diamantes angolanos antes de sua entrega à CSO, bem como afirma que já foram iniciados estudos técnicos com o objetivo de aumentar a produção de diamantes em Angola, país que tem potencial para se colocar entre os maiores produtores mundiais. A produção angolana atual é de cerca de 1,6 milhão de quilates/ano, o que corresponde a um valor em torno de 250 milhões de dólares.

CULTURA

Livro — A escritora Maria Eugénia Neto, viúva do primeiro presidente de Angola, o médico, poeta e líder guerrilheiro Agostinho Neto, acaba de lançar em Portugal um novo livro, com o título *Vaticínios da Kianda na piroga do tempo*, em homenagem ao ex-marido. Co-edição da

Editorial Caminho e do Instituto Angolano do Livro e do Disco, a obra situa-se entre a realidade e o maravilhoso da vida do poeta. No livro são enaltecidos os feitos de Agostinho Neto como poeta, líder libertador e herói, bem como a sua relação com o povo angolano.

COOPERAÇÃO

Crédito — Angola e França assinaram, em Luanda, uma convenção de crédito, no montante de 45 milhões de francos franceses, para o financiamento da construção de dois edifícios na capital angolana, destinados ao alojamento de quadros angolanos e cooperantes franceses. Proximamente será firmado um protocolo entre os governos dos dois

países sobre as condições de atuação dos cooperantes franceses em Angola. Até agora, a Caixa Central de Cooperação Económica da França já concedeu onze empréstimos a Angola, num montante de 317 milhões de francos franceses, utilizados nos setores produtivos, em infra-estrutura económica e urbana e formação profissional.

POLÍTICA

Condecoração — A Universidade Lizandro Alvarado, da Venezuela, concedeu uma condecoração ao presidente angolano, José Eduardo dos Santos, pelo seu empenho na busca da paz em Angola e na África Austral. Também foram agraciados o líder negro sul-africano Nelson Mandela e o ex-presidente da Tanzânia, Julius Nyerere.

Anistia — No âmbito da Lei de

Anistia, em vigor em Angola desde 4 de fevereiro último, foram postos em liberdade 97 cidadãos da província de Huambo envolvidos em crimes contra a segurança do Estado. Os recém-libertados haviam fornecido à organização antigovernamental Unita informações de caráter político-militar sobre posições e movimentações das Forças Armadas Angolanas (Fapla), além de alimentos e vestuário.

INFORMAÇÃO

Coordenação — Angola, através da Angop, é o primeiro país da África Negra a assumir a coordenação dos serviços do *pool* das agências de notícias dos países não-alinhados. Anteriormente, a coordenação estava a cargo da Prensa Latina, agência oficial de Cuba. A reunião do *pool* realizou-se em Luanda, no início do mês de junho. A tônica dos discursos dos principais oradores foi por uma nova ordem informativa mundial.

Encontro — O 2.º Encontro de Televisões de Língua Portuguesa, realizado em junho no Brasil, apresentou resultados extremamente positivos, na opinião

do diretor da Televisão Popular de Angola (TPA), Carlos Garcia. As emissoras reunidas no encontro decidiram criar um banco de programas, que funcionará em Lisboa. A idéia, lançada pelo representante angolano, foi aceita com entusiasmo, porque permitirá a montagem de um sistema bastante ágil de permuta de programas. Carlos Garcia ressaltou também o acordo que foi firmado para formação de quadros, questão fundamental para um intercâmbio mutuamente mais rico e proveitoso. Angola foi, também, indicada para integrar uma comissão encarregada de estudar formas de apoio à produção de programas.

ANGOLA, TERRA DA LIBERDADE



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
A Serviço da Reconstrução Nacional

TAAG — Av. Presidente Vargas 542/1603
Telefones: 263-9711, 263-4988 e 263-4911
Telefones no Aeroporto Internacional: 398-3112 e 398-3113